



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CTFC

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), Aloizio Mercadante Oliva, informações sobre os recursos liberados do Fundo da Amazônia para enfretamento às queimadas e desmatamento em 2024.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), Aloizio Mercadante Oliva, informações sobre os recursos liberados do Fundo da Amazônia para enfretamento às queimadas e desmatamento em 2024.

Nesses termos, requisita-se:

1. **Distribuição dos Recursos:** Informar quais estados e/ou municípios da Amazônia Legal foram beneficiados pelos recursos adicionais e os critérios utilizados para sua distribuição.
2. **Aplicação dos Recursos:** Detalhar as ações específicas que estão sendo financiadas com esses recursos, especialmente no âmbito do combate às queimadas e ao desmatamento ilegal, bem como nas iniciativas de prevenção e controle da seca.



3. **Metas e Resultados Esperados:** Especificar quais metas foram premissas para a aprovação de R\$ 1,3 bilhão em projetos e chamadas públicas em 2023 (janeiro e fevereiro 2024) para fins de contratações de novos brigadistas e aquisições de equipamentos e quais são os resultados esperados com essas ações, especialmente em termos de redução das queimadas e do desmatamento.
4. **Fiscalização e Transparência:** Informar quais mecanismos de fiscalização estão sendo adotados para garantir a correta aplicação dos recursos, além de quais medidas de transparência estão disponíveis ao público para monitorar o uso desses montantes.
5. **Parcerias e Colaborações:** Indicar se houve parcerias com governos estaduais, municipais, ONGs ou organizações internacionais para a implementação dessas ações e, em caso afirmativo, detalhar o papel de cada parceiro.

JUSTIFICAÇÃO

É fundamental garantir a transparência e o rigoroso acompanhamento da aplicação dos recursos públicos, especialmente daqueles destinados à preservação de um patrimônio nacional tão importante quanto a Amazônia. O desmatamento e as queimadas, agravados pelas condições de seca, continuam sendo problemas alarmantes que afetam não só o Brasil, mas também o clima global e a biodiversidade.

O governo federal anunciou a destinação de mais de R\$ 514 milhões extras para o combate a incêndios e à seca na Amazônia em 2024. No entanto, é dever da oposição fiscalizar e verificar como esses recursos estão sendo aplicados e se as ações planejadas realmente correspondem às necessidades urgentes da região.



Dada a gravidade da situação ambiental, a importância do uso eficiente e transparente dos recursos públicos e as responsabilidades governamentais em relação ao meio ambiente e à sociedade, torna-se necessária a apresentação de informações detalhadas sobre a distribuição, aplicação e fiscalização dos recursos do Fundo Amazônia. O país não pode correr o risco de ver esses valores mal utilizados ou aplicados de forma ineficaz, comprometendo o futuro de nossa floresta e das comunidades que dela dependem.

Diante do exposto, é imprescindível que sejam fornecidas informações claras e detalhadas sobre os recursos liberados do Fundo Amazônia para o enfrentamento das queimadas, de forma transparente. A correta aplicação desses recursos é essencial para garantir que as ações implementadas sejam eficazes na proteção da Amazônia, no combate ao desmatamento e às queimadas ilegais. A transparência na utilização desses fundos permitirá que este Parlamento, assim como a sociedade, acompanhe e fiscalize o impacto das medidas adotadas, assegurando que os recursos sejam direcionados para as áreas mais relevantes e resultem em ações concretas para a preservação ambiental.

Dessa forma, solicito apoio dos Pares na aprovação deste Requerimento.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2024.

Senador Marcos Rogério
(PL - RO)

